

Resenhas 06: *Institutions, Contracts and Organizations: Perspectives from New Institutional Economics* (Menárd 2000)

15 de maio de 2020

Gabriel Petrini[‡]

[‡]Doutorando no instituto de Economia da Unicamp

Resumo

Palavras-chave

Keyword

Keyword2

Keyword3

...

KEEFER E SHIRLEY: FORMAL VERSUS INFORMAL INSTITUTIONS IN ECONOMIC DEVELOPMENT

Introdução

A partir de uma comparação de casos e da revisão da literatura, os autores iniciam o capítulo pontuando que políticas macroeconômicas não são suficientes para estimular o crescimento. Além disso, argumentam que apesar das evidências de que a garantia dos direitos de propriedade são fundamentais para o desenvolvimento, as configurações institucionais que promovem tal garantia não são claras.

Em que medida a garantia dos direitos de propriedade são relevantes para o desenvolvimento?

Os autores abrem a seção discutindo a importância dos custos de transação e das instituições para o sistema econômico. Pontuam também que na ausência de direitos de propriedade garantidos, os investimentos passam a ser mais vulneráveis à expropriação (do governo) e aos comportamentos oportunistas. Em seguida, ressaltam a dificuldade de se construir mais estudos de casos empíricos dada ausência de informações sobre a seguridade dos contratos e dos direitos de propriedades dos países. Apesar destas dificuldades, elencam o surgimento de *proxies*, dentre elas, os indicadores de risco país (ICRG). Os autores seguem para a discussão de algumas economias em particular e para a relevância de instrumentos monetários no desenvolvimento de intermediações financeiras e enquanto *proxies* da implementação de contratos. Adiante, apresentam trabalhos que encontram evidências da correção entre investimento e contratos intensivos em papel moeda e seguem para a discussão de *proxies* mais objetivas.

Reformas políticas e instituições

Nessa seção, os autores argumentam que reformas com o objetivo de incentivar o crescimento — como o consenso de Washington — foram centradas em políticas econômicas e pouca atenção foi dada à necessidade de mudança institucional. Argumentam também que a diferença de reações do investimento às reformas pró-mercado podem ser explicadas pelas instituições de cada país, em especial àquelas que dizem respeito à garantia dos direitos de propriedade. Resumidamente, países com menos proteções dos direitos de propriedade e políticas macroeconômicas imprudentes tiveram crescimento negativo enquanto os países com instituições com qualidade superior e políticas macroeconômicas ruins cresceram muito mais do que as economias com a combinação inversa.

Quais são as instituições que protegem os direitos de propriedade e de contratos?

Os autores retomam a conclusão anterior de que reformas institucionais são uma prioridade e são necessárias para garantir políticas econômicas exitosas. Dito isso, discutem quais instituições são relevantes e as conceituam. Em seguida, afirmam que pelas instituições informais podem ser reformadas com mais facilidade, é importante compreender quais instituições informais e formais se complementam e se substituem. Adiante, pontuam que as instituições informais possuem limitações uma vez que não estão disponíveis para todos e que não protegem contra os crimes. Sendo assim, instituições formais podem promover o desenvolvimento de forma que as informais não são capazes além destas últimas poderem piorarem a distribuição de renda.

China, Gana e instituições formais e informais na execução dos contratos

Os autores comparam o fluxo de IDE entre China e Gana e argumentam que as instituições informais são insuficientes para explicar as diferenças. Em linhas gerais, afirmam que existem arranjos institucionais formais na China que estão ausentes em Gana. Também chamam atenção para a descentralização da autoridade política entre os países em que o sistema a nível federal Chinês complementa as instituições informais. Em resumo, afirma que por mais que China e Gana possuam arranjos institucionais informais com graus de semelhança, não explicam o porquê Gana receber menos investimento externo.

Instituições e os desafios para o desenvolvimento de políticas e para economistas

Os autores retomam a pouca atenção dada às reformas institucionais e que os resultados lançam luz sobre a importância das instituições formais para o desenvolvimento. Em seguida pontuam as dificuldades de se atingir melhores garantias de propriedade por meio de instituições formais e que não existem *benchmarks* para reformar instituições informais para atingir tais objetivos. Por fim, explicitam algumas questões que podem ser melhor exploradas e aprimorar a agenda iniciado por Coase: identifica as consequências de instituições fracas sobre o comportamento da firma; como instituições fracas podem ser aprimoradas e reduzir os custos de transação. Argumentam que um melhor entendimento destas questões podem acelerar as transformações institucionais e promover crescimento.

ENGERMAN, HARBER E SOKOLOFF: INEQUALITY, INSTITUTIONS AND DIFFERENTIAL PATHS OF GROWTH AMONG NEW WORLD ECONOMIES

Introdução

Os autores iniciam o capítulo pontuando que as explicações para o diferencial das taxas de crescimento e nível de renda entre os países centram muito em questões econômicas. Em seguida, destacam a importância de se entender as diferenças entre as instituições, como são introduzidas e como elas evoluem ao longo do tempo. Adiante, fazem uma distinção entre as formas institucionais que têm um impacto sobre o desenvolvimento econômico. O primeiro deles diz respeito aos regras e leis formais aos quais os indivíduos e firmas atuam. O segundo trata da esfera econômica em que destacam as escolhas voluntárias e cooperativas. O terceiro contempla valores culturais e religiosos a influência sobre o comportamento econômico. Os autores pontuam que o estudo destaca a importância da velocidade de adaptação das instituições.

Em seguida, os autores destacam a importância das dotações iniciais de cada sociedade nos desdobramentos econômicos. Dentre os fatores, elencam a importância da qualidade do solo; concentração de áreas cultivadas e respectivos impactos sobre economias de escala. Em linhas gerais, a combinação de algumas dessas circunstâncias estimularam a evolução de sociedades relativamente mais homogêneas. Feito este panorama, os autores argumentam que é esperado que sociedades mais igualitárias tendem a ter uma trajetória de crescimento mais sustentada e a análise das colônias nas Américas suportam tal argumento.

Uma breve descrição do crescimento das economias do Novo Mundo

Os autores chamam atenção que as colônias americanas tinham comumente um elevado produto marginal do trabalho dado o

enorme montante de imigrantes trazidos para serem escravizados. Somado a isso, os autores pontuam que não existiam barreiras culturais para impedir o uso de escravos de forma generalizada. Dito isso, passam a discutir a dinâmica do fluxo migratório em que a participação de migrantes escravos cresceu continuamente, em especial nas colônias de produção especializada. Além disso, destacam o quão pequena é a participação populacional dos descendentes europeus e como foi rapidamente superada pelos descendentes africanos. Os autores usam o exemplo dos EUA e Canada para mostrar que a maior prevalência de proprietários brancos — e, portanto, menos desigual — pode ajudar a explicar o porquê que essas economias cresceram mais uma vez que encorajou o surgimento de instituições legais e políticas que conduziram uma maior participação no mercado.

Em seguida, os autores ponderam que existem disparidades das taxas de crescimento dentre países colonizados pelas mesmas metrópoles de modo que a importância das condições iniciais devem reexaminadas. Além disso, reconhecem que EUA e Canada são diferentes das demais colônias uma vez que a dotação inicial dos fatores permitiu uma maior predisposição para padrões de desenvolvimento relativamente mais igualitários e que as respectivas instituições favoreceram a participação de uma boa parcela da sociedade nas atividades comerciais. Esta constatação, argumentam, é fundamental para entender o porquê da industrialização mais rápida dos EUA. As dotações das demais colônias, por sua vez, induziram uma distribuição mais desigual da riqueza, da renda, do capital humano e do poder político aliado às instituições que preservaram suas elites. Em conjunto, as configurações dessas colônias inibiram a difusão das atividades comerciais entre a população.

Dito isso, os autores prosseguem para uma conceitualização dos tipos de colônias do Novo Mundo. A primeira categoria diz respeito às colônias que possuíam melhores condições mais favoráveis para a produção de *commodities* com economias de escala e com o uso intensivo de escravos. Tais condicionantes são combinados com a desigualdade intrínseca da escravidão, preservação dos privilégios das elites e restrição de oportunidades para uma parcela significativa da população. O segundo tipo inclui as colônias espanholas que são caracterizadas pela convivência com um número considerável de nativos com menor capital humano em contato com colonizadores europeus que expropriavam recursos e mantinham seus privilégios. Argumentam que estas colônias foram as primeiras a desenvolver estruturas econômicas em que se predominavam empresas de larga escala. A terceira categoria diz respeito às colônias da América do Norte em que os nativos não foram a principal fonte de mão de obra e não possuíam condições naturais apropriadas e, assim, haviam poucos incentivos para a produção especializada intensiva em trabalho escravo. Os descendentes europeus, por sua vez, possuíam níveis elevados de capital humano e maior similaridade de distribuição de renda e riqueza.

O papel das instituições na persistência da desigualdade

Os autores iniciam a seção pontuando que por mais que as instituições podem ser vistas como exógenas no início da colonização europeia, não é mais o caso quando se analisa ao longo do tempo. Em outras palavras, as condições iniciais e o grau de desigualdade podem influenciar as direções que as instituições evoluem enquanto essas instituições afetam a evolução das dotações e da distribuição de riqueza, capital humano e político. Para tanto, lançam mão da hipótese de que as elites em sociedades mais desiguais conseguem melhor estabelecer estruturas legais que asseguram seus privilégios e poder político, contribuindo para a persistência

de um maior grau de desigualdade. Em seguida, usam o exemplo das políticas de terras das colônias e pontuam o insucesso da Argentina e do Brasil.

Dito isso, apresentam o modelo empírico em que analisam quanto amplamente as franquias foram estendida e que frações das respectivas populações realmente votaram nas eleições. Concluem que EUA e Canadá apresentam resultados melhores — apesar de restringir o voto tal como nas demais colônias, mas em um grau menor — por retirar restrições baseadas na renda e alfabetização. Adiante, os autores destacam o crescimento da proporção da população com direito a voto se comparado com as demais colônias. Em seguida, argumentam que o grau de desigualdade é relevante para explicar o padrão de sufrágio desses países e que existem diferentes níveis de interação entre distribuição e capital humano. Adiante, passam a discutir escolarização — do nível básico — e alfabetização e seus efeitos sobre a distribuição, pontuam que EUA e Canadá foram as economias com maior nível de escolaridade em relação às demais colônias.

Extensão da desigualdade e o *timing* da industrialização

Em linhas gerais, os autores argumentam que as colônias que apresentavam melhores padrões de vida e distribuição menos desigual foram as que se industrializaram mais cedo e tiveram um crescimento maior no longo prazo. Tal conclusão decorre da análise das fontes e características do aumento da produtividade. Nos EUA e Canadá, por exemplo, houve um crescimento mais horizontal que abarcou mais setores e influenciou mudanças organizacionais, métodos e foram estimulados pela expansão dos mercados. Além disso, a desigualdade também afeta as trajetórias de desenvolvimento institucional. Mais adiante, discutem o caso do Sul dos EUA em que apesar das características em comuns com as demais colônias, possuía características compartilhadas dos estados do Norte e esta sob decisões a nível federal.

Conclusão

Segue o trecho que amarra as discussões deste capítulo:

we highlight the relevance of substantial differences in the degree of inequality in wealth, human capital and political power, and suggest that these disparities in the extent of inequality were rooted in differences in the initial factor endowments of the respective colonies.

DÚVIDAS

- Keefer e Shirley destacam que as economias que conseguem manter um crescimento sustentável são aquelas que possuem instituições (especialmente direitos de propriedades) mais consolidadas. A literatura também indica a possibilidade do sentido oposto, ou melhor, as economias que possuem instituições mais consolidadas foram aquelas que mantiveram trajetórias de crescimento mais persistentes?
- Diferentes configurações institucionais podem desempenhar as mesmas funções ou as recomendações a partir da NEI vão na direção de “*one-fits-all*”?
- Keefer e Shirley argumentam que as instituições informais são mais flexíveis do que as formais. No entanto, outros autores da NEI discutidos em sala indicam o oposto. Há um consenso na literatura?